

DAVID FERNANDES

davidvazfernandes@gmail.com

UNIVERSIDADE DO MINHO, BRAGA, PORTUGAL

A COBERTURA NOTICIOSA DA AUSTERIDADE (2011-2015) EM PORTUGAL: UMA PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

RESUMO

A nossa proposta de comunicação pretende divulgar os avanços realizados no âmbito do projecto de investigação intitulado “Os média em contexto de crise económica e financeira: uma análise à cobertura noticiosa da imprensa portuguesa a momentos-chave da política nacional em matéria de economia e finanças (2011-2015)”. A nossa intervenção centrar-se-á na discussão do conceito de ‘hegemonia’ e na metodologia empregue neste projecto de dissertação. Como questão central para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa realizada pela imprensa portuguesa às medidas de austeridade?”

PALAVRAS-CHAVE

Cobertura noticiosa; austeridade; hegemonia

1. INTRODUÇÃO

A nossa proposta pretende divulgar os avanços realizados no âmbito do projeto de investigação intitulado “Os média em contexto de crise económica e financeira: uma análise à cobertura noticiosa da imprensa portuguesa a momentos-chave da política nacional em matéria de economia e finanças (2011-2015)”. Centrar-se-á na discussão do conceito de hegemonia e na metodologia empregue no projeto.

O objetivo do estudo é o de entender qual foi a cobertura noticiosa da crise económica e financeira por parte da imprensa portuguesa entre 2011 e 2015. Como questão central para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa das medidas de austeridade?”.

Os estudos prévios realçam a construção discursiva da crise económica e financeira como fator determinante para a justificação das medidas de austeridade. No âmbito do nosso tema, diversas investigações apontam para uma repetição do discurso oficial por parte dos meios de comunicação social europeus. Estes resultados poderiam justificar-se à luz do conceito teórico de hegemonia. De fato, a presença dominante dos discursos das elites nos meios de comunicação tem uma longa tradição no campo dos *media studies*. Caracteriza-se, em muitos casos, pela assunção de que os média são meros reprodutores da ideologia oficial. Estes pressupostos teóricos alicerçam a nossa hipótese central: “o conceito de hegemonia pode explicar a relação existente entre os poderes económico e político e os meios de comunicação de massas ao analisar os seus efeitos na cobertura noticiosa à crise económica e financeira”.

Definimos o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci como o ponto de partida da nossa revisão da literatura. O termo designa a capacidade de um grupo social em assumir a direção intelectual e moral sobre a sociedade. Este conceito influenciado pelas ideias marxistas rejeita, no entanto, o determinismo económico que lhe está subjacente. O poder económico não seria condição suficiente para o domínio ideológico sem a necessária construção de compromissos em que a classe subordinada se possa reconhecer. Como vimos previamente, a construção discursiva da crise teria favorecido a aceitação das medidas de austeridade através de uma cobertura noticiosa positiva. As políticas de austeridade constituem o resultado de um significado partilhado entre as elites e as classes subordinadas.

Estes argumentos teóricos permitem-nos avançar com a ideia de que necessitamos de duas abordagens complementares através das quais interpretar os conteúdos dos jornais analisados. Nesse sentido, dividimos o *corpus* da amostra em duas partes: uma informativa e outra opinativa.

Em primeiro lugar, analisamos as peças noticiosas às quais aplicaremos técnicas de análise de conteúdo para investigar os *frames* empregues na cobertura, o tipo de fontes utilizadas, o tom de cada conteúdo noticioso e o modo de abordagem jornalística. Estes itens permitirão identificar os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa.

Em segundo lugar, centramos o estudo nos artigos de opinião e nos editoriais. Procuramos interpretar os significados ideológicos subjacentes aos discursos produzidos nos órgãos de comunicação analisados. A utilização das técnicas ligadas à análise crítica do discurso pretende examinar as relações e as estruturas de poder na utilização da linguagem dos textos de opinião. Nesse sentido, a linguagem contribui para a legitimação das

relações sociais existentes e das hierarquias de autoridade e controlo. Ou seja, reafirma a visão hegemónica da crise económica e financeira presente na cobertura noticiosa da imprensa portuguesa.

Antes de desenvolvermos os aspetos mencionados, gostaríamos de deixar um conjunto de notas prévias. Em primeiro lugar, este texto, apresentado nas V Jornadas Doutorais em Comunicação e Estudos Culturais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, está baseada no projeto de doutoramento entregue no âmbito do doutoramento em Ciências da Comunicação. Portanto, o conjunto de ideias que apresentamos refletem o desenvolvimento do projeto de investigação. Em segundo, procuramos corresponder aos objetivos das Jornadas direcionadas para a formulação e discussão de questões teóricas e para o desenho de metodologias. Optamos, por causa disso, por uma reflexão sobre o conceito de hegemonia para o desenho da investigação. As questões levantadas pelos participantes e outras indicações decorrentes da participação ajudaram a retificar alguns dos aspetos que enunciámos de seguida.

O tema desta comunicação foi desenvolvido através de uma investigação empírica no artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016). O estudo serviu de experimentação prévia para a apresentação da proposta de dissertação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

2. A PROBLEMÁTICA A INVESTIGAR

O período em análise nesta proposta de investigação é determinado pela crise da dívida soberana portuguesa. Centramos o nosso objeto de estudo na cobertura noticiosa por parte da imprensa portuguesa a diversos momentos-chave da atualidade durante o período em análise. O problema geral que norteia a investigação é o de compreender de que modo é que os média retrataram as medidas de austeridade e as suas consequências.

Esta problemática atravessa um eixo temporal que vai além do nosso período de análise. Como poderemos comprovar ao longo da apresentação, o tema que estudamos estende-se desde as causas que deram origem à crise económica e financeira até às consequências das soluções promulgadas. O modo de entender os acontecimentos teve uma influência decisiva na tomada de decisões com vista a resolver os problemas ligados à dívida soberana portuguesa. Antes de prosseguir, vejamos o conjunto de dimensões específicas do nosso problema.

A nível económico, as soluções propostas pelo Governo de Portugal e a Troika promoveram um período de austeridade na economia portuguesa. Os motivos que levaram a estas escolhas políticas implicam uma defesa da matriz ideológica dos intervenientes e as circunstâncias específicas da economia nacional. Devemos, por isso, entender se os média foram capazes de explicar as causas destas medidas. Necessitamos ainda de compreender se a imprensa conseguiu identificar as consequências destas opções a nível económico. Por fim, a opção estratégica assumida por estas entidades governamentais tinha alternativas defendidas por diversos setores do pensamento económico. Importa avaliar se a cobertura noticiosa deu espaço a escolhas diferentes na explicação dos acontecimentos.

A nível político, duas grandes questões se levantam. A primeira prende-se com a filosofia neoliberal que defende um maior poder para os mercados face à atuação do poder político. Precisamos de entender de que modo é que os média refletiram sobre esta questão. Por outro lado, as diferentes forças políticas portuguesas tiveram respostas diferentes à crise e devemos verificar de que modo é que estes diferentes grupos foram representados.

A nível social, diversos setores na sociedade portuguesa foram afetados pelas medidas instauradas através do “Memorando de Entendimento”. Um dos problemas a analisar é investigar se os média conseguiram explicar de que modo é que as opções económicas incidiram sobre os diversos membros da sociedade. Sabemos que o espaço mediático é um campo reduzido onde as fontes oficiais predominam. Necessitamos de pesquisar se foi dado espaço às populações sobre as quais recaíram estas leis. Ainda devemos averiguar se foram enunciadas alternativas a estas mesmas medidas para os diferentes conjuntos.

3. QUESTÃO DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES DE TRABALHO

A nossa investigação procurará identificar de que modo é que a imprensa portuguesa terá avaliado as decisões políticas que foram tomadas na sequência da crise económica em Portugal.

Como questão de investigação para o nosso estudo, formulamos a seguinte pergunta: “quais são os pontos de vista económicos, sociais e políticos mais representados na cobertura noticiosa realizada pela imprensa portuguesa às medidas de austeridade?”

Tendo em conta que os média não têm capacidade para representar toda a amplitude do fenómeno em estudo, pretendemos, através desta

investigação, identificar as diferentes dimensões que foram mais vezes abordadas na cobertura noticiosa.

A questão central aborda, deste modo, as três dimensões que explicamos anteriormente:

- a dimensão económica, na qual se integra o contexto específico da crise portuguesa e o conflito ideológico entre as soluções neoliberais e as alternativas de crescimento;

- a dimensão política, onde podemos incluir os conflitos entre os defensores e opositores das medidas de austeridade, por um lado, e os membros do governo e a oposição, pelo outro;

- a dimensão social, na qual se inserem os atores sociais afetados pelas medidas enunciadas e as suas perspetivas sobre a crise económica.

Deste modo, pretendemos ainda compreender de que forma os média valorizaram as várias forças que se opuseram no campo mediático.

Relativamente à nossa hipótese geral de trabalho, esta deve especificar o nosso objeto de estudo e a sua relação com o contexto que identificamos previamente. Optamos pela seguinte formulação como base da nossa investigação: “a imprensa portuguesa realçou os aspetos favoráveis à implementação das medidas de austeridade”.

Diversas hipóteses específicas proporcionam uma maior compreensão do fenómeno e permitem uma abordagem mais aprofundada da problemática em estudo:

- a imprensa portuguesa optou por um tom positivo face às medidas de austeridade e aos seus defensores;

- a imprensa portuguesa beneficiou as fontes governamentais e oficiais em detrimento das fontes contrárias às medidas de austeridade;

- a imprensa portuguesa não deu voz às pessoas ou entidades afetadas.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A contextualização do tema que apresentamos tem uma abordagem semelhante à do artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016).

Um conjunto de fatores ligados à liberalização dos mercados financeiros e à procura de maiores margens de lucro nos créditos concedidos às famílias norte-americanas aumentou o risco de insolvência dos contraentes de empréstimos. A “bolha” criada no mercado imobiliário dos Estados

Unidos da América (EUA) com este tipo de empréstimos quebrou em 2007, devido à queda acentuada dos preços dos imóveis e levou à uma falta de liquidez nos bancos dos EUA (Thakor, 2015).

Entre as consequências desta crise do crédito norte-americano, podemos apontar uma forte recessão global da economia, uma falta de liquidez do sistema bancário e um receio dos mercados face aos elevados níveis de endividamento de vários países da Zona Euro, entre os quais Portugal (Lourtie, 2011).

A crise da dívida soberana das nações em dificuldade foi a consequência da falência do sistema bancário (Micheletti, 2008). A instabilidade vivida no sistema financeiro refletiu-se na zona Euro (Frommhold, 2014). Com os investidores institucionais a rejeitarem os títulos portugueses, o governo liderado por José Sócrates sentiu cada vez mais dificuldade em recorrer aos mercados.

As medidas de resposta promovidas pela comunidade internacional ter-se-ão baseado numa visão de austeridade para as economias mais afetadas. Nesse sentido, as economias em crise tiveram de sanear as contas públicas através de um conjunto de cortes na despesa (Petmesidou, Pavolini & Guillén, 2014). Além de Portugal, vários países como a Espanha, a Grécia ou a Irlanda (Petry, 2013) tiveram de recorrer a uma redução substancial dos gastos públicos.

O caso português constituiu, a par da Grécia, um dos exemplos mais severos de austeridade. Face a uma crise de liquidez para os pagamentos correntes, o Governo português entrou em negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE). As três entidades (mais familiarmente denominadas como Troika) assinaram um protocolo de entendimento com Portugal em maio de 2011 (Governo de Portugal, 2011). Mais de 78 mil milhões de euros foram concedidos sob forma de empréstimo sujeito a um conjunto de condições. O documento que ratificou o acordo entre as partes teve como título “Memorando de Entendimento”. Previa diversas cláusulas em que se inclui a possibilidade de tomar medidas adicionais: “a Decisão faz também depender os desembolsos adicionais de uma conclusão positiva das avaliações de condicionalidade, que terão lugar ao longo dos três anos de duração do programa. (...) Se os objetivos não forem cumpridos ou for expetável o seu não cumprimento, serão adoptadas medidas adicionais” (Governo de Portugal, 2011, p. 1).

4.1 COBERTURA DA CRISE POR PARTE DOS MÉDIA

Procedemos a uma revisão da literatura acerca das investigações que abordam a cobertura noticiosa de situações de crise económica e financeira. Os estudos científicos que antecederam o projeto de dissertação de doutoramento eram ainda escassos e não permitiam construir uma base teórica avançada. Elencamos, contudo, os temas mais vezes abordados nas investigações científicas que analisaram a representação mediática da crise económica e financeira:

- a dimensão económica é analisada do ponto de vista das economias mais robustas e capazes de superar os constrangimentos da crise. Nesse sentido, Halsall (2013) e Tracy (2012) destacam as narrativas construídas pelos meios de comunicação social de países como os Estados Unidos da América que defendem posições contrárias a de Portugal. Outros exemplos são os dos estudos de Tseronis (2014) sobre a Alemanha e de Touri e Rogers (2013) sobre a Inglaterra;

- na vertente política, um conjunto de autores analisou a cobertura mediática à União Europeia (Fracasso, Grassano & Marzetti, 2015) e destacou a falta de um processo democrático na tomada de decisões no seio da instituição;

- na vertente social, os estudos destacam as consequências políticas da crise para os países como Portugal e Grécia. Neste caso, podemos citar Freire, Lisi, Andreadis e Viegas (2014), Lisi e Santana-Pereira (2014), Teixeira, Tsatsanis e Belchior (2014) e Veebel e Kulu (2015).

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O contexto que pretendemos analisar assenta em três vertentes que abordamos previamente. Tencionamos rever os elementos de resposta que a literatura nos pode fornecer como ponto de partida para a nossa investigação. Este ponto parte da revisão da literatura apresentada no artigo “As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público” (Fernandes, 2016).

5.1 O PRIMADO DA AUSTERIDADE

Após o desencadear dos acontecimentos que levaram ao resgate da economia portuguesa, os principais organismos internacionais indicaram a austeridade como o caminho a seguir para resolver a crise. Segundo Reis (2014, p. 14), “a imposição de uma economia política da austeridade foi

feita através de uma intensa tentativa de demonstração de que esta é a solução única, obrigatória, incontornável”.

Um exemplo deste tipo de discurso é promovido pelo Primeiro-Ministro português, Pedro Passos Coelho, numa conferência organizada pelo *Diário Económico*: “não vale a pena fazer demagogia sobre isto, nós sabemos que só vamos sair desta situação empobrecendo – em termos relativos, em termos absolutos até, na medida em que o nosso Produto Interno Bruto (PIB) está a cair” (Passos Coelho: Só vamos sair da crise empobrecendo, 2011). Ainda na mesma conferência, à margem da discussão sobre o Orçamento de Estado, Passos Coelho defendia estabilidade: “seria bom que o país fosse poupado a qualquer ideia de que o Governo à segunda-feira ou à quinta está disponível para adotar medidas extremamente difíceis, mas que têm de ser concretizadas para que as nossas metas sejam atingidas, e depois ao sábado, domingo ou à segunda-feira estivesse a repensar medidas em que pensou muito maduramente e que só adotou por saber que não tem alternativa para elas” (Passos Coelho: Só vamos sair da crise empobrecendo, 2011).

O Observatório sobre Crises e Alternativas chega assim à conclusão de que “esta última formulação da crise (...) escolheu considerar os mercados como o fulcro essencial e indiscutível da determinação dos padrões de vida coletiva, submetendo às suas razões os restantes mecanismos de coordenação económica, social e política” (Reis, 2014, p. 14).

Numa entrevista à RTP1 realizada em 2011, Pedro Passos Coelho anunciava que o empréstimo concedido pela Troika não seria suficiente para as necessidades do Estado. Segundo o antigo Primeiro-Ministro, Portugal teria de recorrer aos mercados, “o que significa que Portugal precisa de cumprir religiosamente este acordo de modo a que possa estar em condições de ir ao mercado financiar-se a partir do segundo ano” (Passos diz que Portugal..., 2011).

A posição de Pedro Passos Coelho não era única. O tipo de discurso defendido pelo governante português seguia uma linha discursiva que era imposta pelos principais órgãos de decisão europeus. Mas de que modo terão reagido os meios de comunicação social a este tipo de medidas?

Kaitatzi-Whitlock (2014) analisou a cobertura noticiosa das políticas de austeridade na Grécia. O seu estudo partilha os objetivos de investigação com a comunicação que apresentamos e denota uma posição dura para com os média helénicos:

a grande maioria das técnicas desenvolvidas pelos protagonistas da União Europeia e das instituições financeiras na representação mediática da dívida soberana grega e da

crise financeira foi notável. As práticas jornalísticas tendenciosas que tomaram partido na questão foram fulcrais para o desfecho desta *batalha*. Vamos diretamente ao ponto: as declarações foram fortemente carregadas do ponto de vista da sua organização; foram impertinentes, insultuosas, cáusticas e desconsideradas. (Kaitatzi-Whitlock, 2014, p. 33)

Nesse sentido, Kaitatzi-Whitlock (2014) afirma que os media foram fundamentais para a implementação das medidas de austeridade na Grécia ao criarem um clima propício à sua aceitação pela população grega.

5.2 ALTERNATIVAS

O discurso que relatámos anteriormente não esteve isento de críticas ou de oposições. As alternativas ao discurso dominante foram alargadas às diferentes vertentes da nossa problemática. A nível económico, podemos indicar um conjunto de caminhos alternativos. O primeiro deles foi sugerido por Mario Draghi, o presidente do Banco Central Europeu. Draghi tem sido uma das forças políticas que procurou alterar as medidas de austeridade implementadas à escala europeia (Possível fim do euro..., 2014). Autores como Kruger (2002) propunham reestruturar a dívida pública em casos como o que vivia Portugal. A própria União Europeia admitiu a necessidade de focar-se na criação de empregos para além das reformas estruturais (Katainen, 2015).

Joseph Stiglitz, vencedor do prémio do Banco de Suécia em Ciências Económicas em memória de Alfred Nobel, defendeu durante a crise uma maior intervenção pública na economia. Num artigo de opinião no *Guardian*, Stiglitz defendia que “a Europa precisa, mais do que reformas estruturais nos seus estados-membros, uma reforma da própria estrutura na Eurozona, e uma reversão das políticas de austeridade que falharam uma e outra vez na tentativa de relançar o crescimento económico” (Stiglitz, 2015).

Na área política, o partido Syriza na Grécia, recém-eleito para governar, também procurou mudar o acordo assinado pela Grécia com a *Troika*. “O Syriza insiste firmemente na sua posição de abolição do memorando assinado com a Troika de credores quando assumir o governo e irá renegociar os empréstimos”¹. A necessidade de preservar as políticas sociais promovidas pelo Estado era um dos pontos mais defendidos pelos governantes helénicos.

¹ Retirado de http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5j_GisU2U

A própria sociedade civil defendeu uma mudança perante o falhanço das políticas de austeridade. Movimentos cidadãos como o 15M ou os *Précários Inflexíveis* assim como novas formações políticas como Podemos ou Cinque Stelle nasceram como símbolo da luta contra as reformas estruturais promovidas pelos governantes europeus. Stiglitz avisara das possíveis consequências do tipo de políticas defendidas na Europa. “Se a Europa não altera o seu modo de atuar – se não reformar a Eurozona e rejeitar a austeridade – as repercussões populares tornar-se-ão inevitáveis” (Stiglitz, 2015).

5.3 A HEGEMONIA DISCURSIVA DA CRISE

Como vimos anteriormente com a investigação desenvolvida pela Kaitatzi-Whitlock (2014), os média não terão sido atores neutrais perante o desenrolar dos acontecimentos. Esta passagem é fundamental para a análise do nosso tema pois permite-nos entender o modo como os meios de comunicação interpretam os fenómenos sociais e os grupos que compõem a sociedade. No caso da austeridade promovida nos estados-membros da União Europeia, os movimentos populares descritos por Stiglitz constituíram uma ameaça para o sucesso das medidas de austeridade.

Nesse sentido, os governos europeus esforçaram-se por comunicar de forma eficiente os motivos que levaram à reestruturação dos modelos de governação. Falasca analisou o modo como o governo sueco abordou a questão: “os esforços de comunicação do governo asseguraram o acesso às notícias e a capacidade de definir a crise de modo a explicar o que tinha acontecido, por que tinha acontecido e como geriram a situação” (Falasca, 2014, p.18). E a capacidade de explicar os motivos que levaram à crise económica e financeira é a condição *sine qua non* para justificar as medidas de austeridade. Como refere Petry, “é a construção discursiva das crises – como explicamos um erro – que constitui o modo em que lhe damos uma solução” (Petry, 2013, p. 3).

A construção discursiva da crise terá favorecido a aceitação das medidas de austeridade. Mas para que os movimentos sociais e políticos nascidos no auge da crise vivida na Eurozona não provocassem “repercussões populares” mais delicadas, o acesso ao espaço mediático terá sido fundamental. E, por conseguinte, uma cobertura noticiosa positiva seria um aspeto decisivo.

Não podemos desenvolver o mesmo argumento sem evidências empíricas no caso português, mas diversos autores desenvolveram o tema na área dos estudos mediáticos.

Tomemos o exemplo de Stuart Allan (1998) que encontrou um ponto em comum entre investigadores no campo da comunicação e dos média como Williams, Hartley e Gitlin. Segundo eles, existiria uma hegemonia no discurso público que estaria baseada em noções de senso comum.

Vejam os dois exemplos: Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas, afirmava ao *Jornal de Negócios*: “não podemos gastar mais do que temos nem menos do que devemos” (Faria, 2011). Cavaco Silva, Presidente da República, reformulava a ideia através de palavras diferentes: “não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades” (“Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades”, 2011). Ambos discursos refletem uma sabedoria comum baseada na ideia de que não se pode gastar mais do que se tem. Mas o raciocínio válido para uma família não deveria ser assumido para defender a gestão das contas estatais. A complexidade do modelo de financiamento do Estado não pode ser comparada ao orçamento familiar. Porém, o argumento permite validar as opções governamentais junto dos cidadãos.

A hegemonia nos discursos públicos não é apenas cultural ou ideológica, assume também outras formas. As posições contrárias às hegemónicas são limitadas pela base económica da produção que influencia, em última instância, todo e qualquer produto cultural (Garnham, 2011). A sua presença reflete-se na importância conferida aos grupos minoritários na atualidade mediática. Aqueles que não correspondem ao discurso dominante são encarados como elementos extremistas ou radicais (Calcutt & Hammond, 2011) e passam à esfera do desvio (Hallin, 1986). A linguagem é apontada frequentemente como um dos aspetos cruciais da manutenção da hegemonia por autores como Marcuse ou Habermas.

A presença de uma classe social ou económica capaz de determinar o espaço público é uma teoria antiga sobre a qual já refletiam Marx e Engels. Em *The German Ideology*, descrevem uma classe dominante que é detentora do poder na sociedade e ocupa o lugar de referente intelectual (citados por Heywood, 2007). Tal como referia Garnham (2011) anteriormente, o fator decisivo residiria no poder económico de determinados agentes sociais para controlar a produção cultural.

Este modelo determinista baseado na capacidade das forças económicas foi rejeitado por António Gramsci (Mattelart & Mattelart, 1997). O autor assume que existe uma hegemonia promovida pelos grupos sociais capazes de liderar a sociedade através de recursos intelectuais e morais. Mas, ao contrário de Marx e Engels, Gramsci introduz a noção de negociação em que as elites que detêm o poder numa determinada sociedade

necessitam negociar os significados com outros setores da sociedade para construir um consenso social. Traduzido nas palavras de Martin Barbero, “na visão de Gramsci, uma classe exerce hegemonia até ao ponto em que a classe dominante tem interesses em que a classe subordinada se revê (...) Este processo não é apenas baseado na força, mas também no significado compartilhado” (Barbero, 1987, p. 74).

Portanto, em termos gramscianos, a necessária construção de compromissos terá implicado uma negociação entre as elites e as classes subordinadas. Se adoptarmos esta perspetiva hegemónica no caso em estudo, as medidas de austeridade constituem o resultado de um significado partilhado entre os governantes e os cidadãos.

5.4 A VERTENTE DOS MÉDIA

Os estudos sobre os média desenvolveram um conjunto de áreas temáticas para entender os fenómenos de comunicação. O modelo hegemónico influenciou diversas escolas que se opuseram ao suposto domínio dos meios de comunicação social por parte das elites.

Entre eles, podemos referir a Teoria Crítica que surge através da Escola de Frankfurt e do trabalho desenvolvido por Adorno e Horkheimer nos anos 40 do século XX. Os autores referidos desenvolvem o conceito de “indústrias culturais” como a produção industrial dos bens culturais. Este modo de definição transforma a cultura numa mercadoria que perde assim a sua essência ao ser assimilada como um valor mercantil (Morgan, 2013). Os pensadores que refletiram sobre o conceito de “indústrias culturais” criticam, em muitos momentos, a cultura de massa e a vulgaridade intelectual dos seus consumidores.

Outra área de estudos é o estruturalismo que surge como teoria linguística baseada nos trabalhos de Ferdinand e de Saussure. Os autores estruturalistas estabeleceram modelos de sociedade baseados em campos de forças e oposições entre poder repressor e maioria reprimida.

As forças económicas foram analisadas pela economia política aplicada aos média. Definida por Mosco como “o estudo das relações sociais, em particular das relações de poder, que constituem mutuamente a produção, distribuição e consumação de recursos” (1996, p. 24), esta área de investigação tem-se revelado fortemente crítica perante as políticas neoliberais e os seus contributos têm sido particularmente consistentes na área da comunicação (Becerra & Mastrini, 2011; Wasko, Murdoch & Sousa, 2011).

Uma fonte de estudos mais recentes, os *Cultural Studies*, teve como ponto de partida a negociação gramsciana. Os seus trabalhos procuraram

analisar as dinâmicas e as relações de força entre as elites e as classes subornadas dando lugar a novos modelos de comunicação como o encoding-decoding (Ferguson & Golding, 1997).

6. METODOLOGIA

6.1 DEFINIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRA

A nossa investigação pretende analisar a cobertura noticiosa da imprensa portuguesa face às medidas de austeridade impostas após a passagem da Troika e a assinatura do “Memorando de entendimento”. Nesse sentido, tencionamos rever vários momentos-chave deste período da política portuguesa que possam refletir a posição dos diversos diários e semanários em análise. Destacamos três momentos como relevantes para a investigação:

- A apresentação do Orçamento de Estado por parte do Governo Português para debate na Assembleia da República é um momento importante da vida política nacional. Este projeto legislativo deve ser revelado, por força de lei, até 15 de outubro de cada ano civil de forma a prosseguir para debate no Parlamento português².

Neste caso, a maioria das propostas governamentais podem ser integradas no que definimos como “medidas de austeridade”. A presença dos outros partidos com assento parlamentar e restantes atores políticos e mediáticos confere-nos a possibilidade de entender as posições em confronto.

Os dias escolhidos para amostra são relativos à época em que deve ser anunciado o Orçamento de Estado, ou seja, o dia 15 de outubro. Nesse sentido, serão contabilizadas as notícias dos jornais referidos entre os dias 10 e 20 dos meses de outubro dos anos de 2011 a 2015. Os dias escolhidos correspondem assim à antevisão, dia da apresentação e análise da proposta de Orçamento de Estado.

- Os debates do Estado da Nação na Assembleia Nacional. Esta opção permite rever os principais argumentos das forças políticas. Sabemos que não deverão estar os grupos sociais afetados pela crise devido ao tipo de cobertura que é efetuada a estes eventos. Mas estes acontecimentos têm uma forte capacidade de trazer dados qualitativos à nossa análise. Deste

² O artigo 35º da Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei Orgânica nº 2/2002, de 28 de Agosto, passa a ter a seguinte redação: “Artigo 35º [.] 1 — O Governo apresenta à Assembleia da República, até 15 de Outubro de cada ano, a proposta de lei do Orçamento do Estado para o ano económico seguinte”, Diário da República, retirado de http://www.dgo.pt/legislacao/Documents/Ponto7-Lei91-2011-2Alteracao_2.pdf

modo, incluímos todas as edições dos jornais em análise que sucedem a cada um dos debates enunciados. O material recolhido será utilizado de modo a entender qual foi a cobertura noticiosa feita pelos representantes da imprensa portuguesa perante estes debates políticos.

- A assinatura do “Memorando” da Troika (semana de 16 a 22 de Maio de 2011) e cada uma das visitas oficiais dos seus representantes. A inclusão dos elementos noticiosos deste período enriquece a contextualização da problemática em questão. Com estas edições, tencionamos estudar as primeiras “reações” às medidas de austeridade e conferir um panorama mais alargado e completo ao espetro da nossa investigação.

Estas escolhas prendem-se com a necessidade de limitar o nosso objeto de estudo tendo, no entanto, a preocupação de obter uma amostra que seja realmente identificativa dos argumentos em questão e da própria problemática.

A amostra é composta por várias edições escritas de representantes da imprensa portuguesa que passamos a enumerar: *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *jornal I*, *Expresso*, *o Sol* e *o Correio da Manhã*.

- O *Público* e o *Diário de Notícias* foram escolhidos por serem quotidianos de referência no panorama mediático português.
- O *Jornal de Notícias* é um diário mais popular com uma visão mais regionalista, mas com um público-alvo muito extenso.
- O *jornal I* é uma publicação que trouxe novidades ao modo como são tratados os temas principais da atualidade fornecendo peças de maior reflexão face à tradicional cobertura noticiosa dos fatos pelos restantes diários em Portugal.
- O *Expresso* ocupa um lugar forte na definição da agenda mediática nacional. A sua análise pode permitir aceder a uma explicação mais completa do que a que a imprensa portuguesa seguiu durante o período em análise.
- O semanário *Sol* foi escolhido por ser o concorrente mais direto do *Expresso*. A sua presença é um indicador da diversidade das perspetivas que podemos acompanhar neste estudo.
- Finalmente, o *Correio da Manhã* foi incluído devido ao tamanho da sua audiência ao ter constituído uma das “vozes” mais ouvidas pelos portugueses ao longo do período em análise.

Devido às limitações de tempo e espaço que este género de investigação acarreta, optamos por analisar apenas um dos meios de comunicação do país. A imprensa continua a ser um polo de referência para entender as lógicas dos acontecimentos a nível nacional. A presença da rádio, televisão ou dos meios de comunicação eletrónicos têm lógicas menos reflexivas devido à sua maior imediatez. Ora, o objetivo deste estudo passa por compreender a capacidade dos media em apresentar alternativas nos debates públicos que discutem as questões levantadas pelas medidas de austeridade.

6.2 DUAS ABORDAGENS COMPLEMENTARES

Para analisar as informações de que dispomos na nossa amostra, optamos por utilizar duas abordagens complementares que nos permitam interpretar os dados da amostra e verificar se os resultados correspondem às hipóteses que levantamos anteriormente. Consideramos, portanto, necessária a inclusão dos conteúdos que não fazem parte das notícias propriamente ditas. Esta opção prende-se com o fato de ser importante para nós a inclusão de todos os elementos do debate quanto à esta questão. A leitura dos jornais não é limitada apenas às notícias, é uma experiência integrada que contem também os líderes de opinião que nela participam.

Nesse sentido, dividimos o *corpus* da amostra em dois tipos de conteúdos:

- o informativo, onde integramos todas as peças noticiosas e aplicaremos um método de análise de conteúdo que nos permite compreender o conteúdo dos textos analisados;

- o opinativo, onde se inserem os artigos de opinião e os editoriais. Para estas peças, trabalharemos com a disciplina da análise de discurso e uma das suas vertentes teóricas, a análise crítica. Deste modo, procuraremos interpretar os sentidos dos discursos produzidos nos órgãos de comunicação analisados.

6.2.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Laurence Bardin define a análise de conteúdo como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a *discursos* (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Baseada na capacidade de inferir significados, esta técnica é “um esforço de interpretação (...) que oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (Bardin, 1977,

p. 9). Consideramos que é particularmente adequada para o estudo do implícito e para a análise das representações, das ideologias e dos processos de socialização como os média.

De forma a analisar as peças noticiosas da nossa amostra, elaboramos uma grelha de avaliação em que identificamos duas áreas distintas de interesse: as características gerais do texto e as características específicas do tema em análise.

Nas características gerais do texto, pretendemos identificar a presença de cinco *frames* gerais: a atribuição de responsabilidade, o interesse humano, o conflito, a moralidade e a economia. Elencamos um conjunto de perguntas associado a cada um destes *frames* de modo a identificar a sua presença. Com esta primeira parte da grelha de análise, podemos identificar os principais atributos da cobertura noticiosa que foi efetuada pelos órgãos de comunicação analisados.

A segunda parte da grelha de análise identifica as características específicas do tema. Permite-nos compreender diversos pontos da nossa problemática: quais foram as fontes mais referidas na cobertura noticiosa, o tom adoptado pela cobertura noticiosa e a abordagem dos média perante as medidas de austeridade. Para, elencamos três itens de análise:

- os *atores noticiosos* divididos entre *definidores primários* e *referências* e depois em grupos pelo seu grau de afinidade no contexto do nosso tema: Governo, Oposição, Políticos, Troika, Instituições Públicas, Populações Afetadas, Privados, Comentadores, Sociedade Civil, Cultura, Saúde e Outros;

- o *tom da notícia*: cada artigo realizado será avaliado consoante o tom com que foi escrito e entrará numa das seguintes categorias: pró-austeridade, pró-alternativa e misto;

- a *abordagem jornalística*: uma análise será feita ao enquadramento conferido ao assunto por parte do jornalista. A linguagem utilizada, a forma de construir a notícia, o relevo dado a determinados atores ou partes do acontecimento em detrimento de outros, serão os fatores a partir dos quais iremos analisar este tópico.

6.2.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Para os conteúdos que têm valor opinativo, categoria na qual incluímos os artigos de opinião, comentários e editoriais das publicações em análise, avançaremos com uma metodologia baseada em investigações da análise crítica do discurso (ACD).

A ACD é constituída a partir da análise de discurso no final dos anos 80 por um grupo de investigadores que inclui Teun van Dijk. “Os estudiosos

que lideram [a análise crítica do discurso] são geralmente considerados como sendo o quarteto composto por Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun Van Dijk e Paul Chilton enquanto pessoas como Margaret Wetherell, Michael Billig, Christina Schaffner, Theo van Leeuwen, Gunther Kress e outros lhes são associados de forma bastante próxima” (Blommaert, 2005, p.21). Este campo de investigação difere do seu antecessor por vários motivos. A visão que promove do investigador, tal como vimos com van Dijk, deve refletir sobre as relações sociais. O objetivo deste método é examinar as relações e as estruturas de poder imbuídas na linguagem de todos os dias (Deacon, Pickering, Golding & Murdoch, 2007). A ACD procura mostrar o que não está visível à primeira vista (Pinto-Coelho, 2002) e, por isso, coloca alguma subjetividade na análise que lhe é prejudicial (Deacon et al., 2007). Mantém, no entanto, a sua predisposição para a interdisciplinaridade que é uma marca de fabrico desta grande área de estudos desde o final dos anos 60.

No seguimento do que observámos na contextualização do nosso tema e na análise do conceito de hegemonia, a análise crítica do discurso permite-nos examinar as relações e as estruturas de poder na utilização da linguagem dos textos de opinião. A linguagem contribui para a legitimação das relações sociais existentes e das hierarquias de autoridade e controlo. Por conseguinte, as ferramentas empregues pela ACD são um instrumento valioso para avaliar se existiu uma visão hegemónica da crise económica e financeira na cobertura noticiosa da imprensa portuguesa.

A grelha de análise que levaremos a cabo no âmbito do nosso estudo baseia-se num conjunto de critérios identificados por Van Dijk no artigo científico “Opinions and Ideologies in the Press” (Van Dijk, 1995). Tal como refere van Dijk,

as seguintes sugestões práticas podem ser assumidas para realizar uma análise ideológica: a) examinar o contexto do discurso, b) analisar que grupos, relações de poder e conflitos estão envolvidos, c) procurar opiniões positivas e negativas sobre Nós e Eles, d) expor os pressupostos e os ímplicitos, e e) examinar todas as estruturas formais que conferem (ou não) ênfase os grupos de opinião polarizados. (van Dijk, p. 61)

Através dos elementos de análise básicos promovidos por Van Dijk, pretendemos investigar se a presença de determinadas formas de argumentação se encontram nos textos recolhidos pela nossa amostra. A lista de elementos a identificar nos textos de opinião retirada da obra de van Dijk

(1995) é a seguinte: polarização (nós contra eles), coerência de opinião, atribuição, descrição, interesse, implícitos, meta-opiniões, expressões, não mencionados, argumentos e utilizar a história.

6.2.3 ALGUNS EXEMPLOS INSPIRADORES

A nossa abordagem metodológica assenta em trabalhos realizados anteriormente por diversos autores nas áreas da análise de conteúdo e na análise crítica do discurso.

Quando optámos por identificar características gerais da cobertura noticiosa, seguimos um trabalho de Semetko e Valkenburg (2000) que foi identificado por Vraneski e Richter (2002, p. 18) como um exemplo na matéria: “embora seja concebível que os jornalistas possam utilizar muitos modos de representar a realidade, a literature parece apontar para pelo menos quatro modos” (entre quais o de Semetko & Valkenburg). Este método foi seguido em outros casos de forma a estudar as coberturas noticiosas em contexto de crise (An & Gower, 2009).

Por outro lado, ao querermos encontrar características específicas da cobertura noticiosa, incluímos uma abordagem destinada a uma questão determinada como é o caso do artigo de 2003 de Craig Murray, Katy Parry, Piers Robinson e Peter Goddard intitulado “Reporting Dissent in Wartime: British Press, the Anti-War Movement and the 2003 Iraq War”. Este trabalho pretende analisar o conflito entre a decisão governamental da entrada na guerra do Iraque e os movimentos sociais e políticos que defendem a perspectiva contrária. Encontramos deste modo um paralelo com o nosso contexto de oposição entre as perspetivas defendidas por governantes ou setores de elite e as alternativas propostas por grupos sociais minoritários.

Reconhecemos que a análise de conteúdo exige um elevado grau de precisão na sua operacionalização e medição (De Vreese, 2005). Porém, procuramos adaptar estes exemplos de investigação às nossas condições específicas de modo a que estes pudessem contribuir para o estudo da nossa realidade.

Na nossa abordagem aos conteúdos de opinião, necessitamos de uma contextualização teórica e de um modelo prático que sirva de metodologia para o estudo empírico. Ainda que alguns autores tenham já procurado analisar o nosso objeto de estudo (Duarte & Pinto, 2013), optamos por partir do modelo enunciado no artigo de van Dijk intitulado “Opinions and ideologies in the press” que foi editado no livro *Approaches to Media Discourse* (Bell & Garrett, 1998). Este autor holandês elaborou uma teoria

nova da ideologia que está ligada a um método de análise do discurso para artigos de opinião e editoriais.

O objetivo desta teorização é a de poder estudar um discurso e rever as suas bases ideológicas. van Dijk avança assim para uma análise da forma como estes processos se materializam na produção de discursos através das duas áreas que enunciamos. O primeiro modo enunciado é o lexical que corresponde a uma análise do vocabulário empregue e que não constitui uma novidade na área da análise de discurso. De seguida, van Dijk procura “as várias estruturas semânticas do discurso uma vez que estas formam o núcleo central do ‘conteúdo’ da expressão das opiniões ideológicas” (van Dijk, 1995, p. 31). Van Dijk enuncia assim uma estrutura de análise para os discursos de opinião baseada numa estratégia de polarização:

esta estratégia de polarização – descrição positiva do interior do grupo e negativa do exterior do grupo – tem, por isso, a seguinte estrutura abstrata avaliativa, que podemos apelidar de *cruzamento ideológico*:

1. Enfatizar as nossas boas propriedades / ações
2. Enfatizar as más propriedades / ações deles
3. Mitigar as nossas más propriedades / ações
4. Mitigar as boas propriedades / ações deles. (van Dijk, 1995, p. 33)

7. CONCLUSÃO

A complexidade do fenómeno em estudo foi descrita através do conjunto de dimensões que apontámos (económica, política e social). De modo a entender de que forma foi realizada a cobertura noticiosa sobre o tema, optamos por duas abordagens complementares: a análise de conteúdo e a análise crítica de discurso. Os instrumentos utilizados refletem a hipótese geral que emitimos segundo a qual o conceito de hegemonia pode explicar a relação existente entre os poderes económico e político e os meios de comunicação de massas.

Esperamos que esta investigação contribua para a abertura de novas perspetivas para outras investigações que versem sobre o papel dos média em crises económicas e financeiras, seja no âmbito específico português, seja em outros contextos atuais ou futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allan, S. (1998). News from nowHere: Televisual news discourse and the construction of hegemony. In A. Bell & P. Garrett (Eds.), *Approaches to Media Discourse* (pp. 105-141). Oxford: Blackwell.
- An, S. & Gower, K. (2009). How do the news *media* frame crises? A content analysis of crisis news coverage. *Public Relations Review*, 35, 107-112.
- Bardin, L. (1977). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becerra, M. & Mastrini, G. (2011). Communication economy paths. A Latin American approach. In J. Wasko, G. Murdoch & H. Sousa (Eds.), *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 109-125). Chichester: Blackwell Publishing.
- Bell, A. & Garrett, P. (Eds.) (1998). *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell.
- Blommaert, J. (2005). *Discourse*. Cambridge: Cambridge University.
- Calcutt, A. & Hammond, P. (2011). *Journalism studies, a critical introduction*. Abingdon: Routledge.
- Deacon, D., Pickering, M., Golding, P. & Murdoch, G. (2007). *Researching communications: A practical guide to methods in media and cultural Analysis*. London: Bloomsbury Academic.
- De Vreese, C. (2005). News framing: Theory and typology. *Information Design*, 1, 511-516.
- Draghi quer que governos promovam investimento público para animar economia (2014, 11 de setembro). *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2014/09/11/economia/noticia/draghi-quer-que-governos-promovam-investimento-publico-para-animar-economia-1669410>
- Duarte, I. & Pinto, A. (2013). Troika, austeridade, crise: modalização linguística em artigos de opinião e cartoons na imprensa escrita. *REDIS: Revista de Estudos do Discurso*, 2, 33-52.
- Falasca, K. (2014). Political news journalism: Mediatization across three news reporting contexts. *European Journal of Communication*, 29(5), 583-597.
- Faria, R. (2011, 4 de abril). Oliveira Martins: “Não podemos gastar mais do que temos nem menos do que devemos”. *Jornal de Negócios*. Retirado de <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/oliveira-martins-quotnatildeo-podemos-gastar-mais-do-que-temos-nem-menos-do-que-devemosquot>.
- Ferguson, M. & Golding, P. (1997). *Cultural studies in question*. Londres: Sage.

- Fernandes, D. (2016). As medidas de austeridade debaixo da Troika: Uma análise à cobertura noticiosa dos Orçamentos de Estado de JN e Público. *Eikon Journal on Semiotics and Culture*. Retirado de http://eikon.ubi.pt/files/eikon_04_vazfernandes.pdf
- Fracasso, A., Grassano, N. & Marzetti, G. (2015). The gravity of foreign news coverage in the EU: Does the Euro matter?. *Journal of the Common Market Studies*, 274-291.
- Freire, A., Lisi, M., Andreadis, I. & Viegas, J. (2014). Political representation in bailed-out Southern Europe: Greece and Portugal compared. *South European Society and Politics*, 19(4), 413-433.
- Frommhold, E. (2014, 31 de julho). 2011 – Portugal pede ajuda à 'troika'. *Diário de Notícias*. Retirado de <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/2011-portugal-pede-ajuda-a-troika/>
- Garnham, N. (2011). The political economy of communication revisited. In J. Wasko, G. Murdoch & H. Sousa (Eds.), *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 41-61). Chichester: Blackwell Publishing.
- Hallin, D. (1986). *The "uncensored war". The media and Vietnam*. Oxford: Oxford University Press.
- Halsall, R. (2013). Signs of crisis and recovery: Geographical imaginaries in press coverage of the financial crisis in the UK and German press 2008–2009. *Culture and Organization*, 19(5), 377-395.
- Heywood, A. (2007). *Political ideologies. An introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Kaitatzi-Whitlock, S. (2014). Greece, the eurozone crisis and the media: The solution is the problem. *The Public*, 21, 25-46
- Katainen, J. (2015, 15 de abril) EU investment plan will 'create up to 1.3 million new jobs'. *The Parliament Magazine*. Retirado de <https://www.theparliamentmagazine.eu/articles/opinion/eu-investment-plan-will-create-13-million-new-jobs>.
- Kruger, A. (2002). *A new approach to sovereign debt restructuring*. Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- Lisi, M. & Santana-Pereira, J. (2014). Campaign individualisation before and after the bailout: A comparison between Greece and Portugal. *South European Society and Politics*, 19(4), 541-559.
- Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais*, 32, 61-105.

- Martin Barbero, J. (1987). *Communication, culture and hegemony. From the media to the mediations*. Londres: Sage Publications.
- Mattelart, A. & Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Lisboa: Campo das Letras.
- Micheletti, B. (2008). *A crise das hipotecas subprime nos EUA e os seus desdobramentos*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Morgan, T. (2013). Adorno and the political economy of communication. *The Political Economy of Communication*, 1(2), 44–64.
- Mosco, V. (1996). *The political economy of communication*, Londres: Sage Publications.
- Murray, C., Parry, K., Robinson, P. & Goddard, P. (2008). Reporting dissent in war-time: UK media, the anti-war movement and the 2003 Iraq war. *European Journal of Communication*, 23(1), 7-27.
- “Não podemos continuar a viver acima das nossas possibilidades”, diz Cavaco (2011, 6 de maio). *Jornal de Notícias*. Retirado de <http://www.jn.pt/nacional/interior/nao-podemos-continuar-a-viver-acima-das-nossas-possibilidades-diz-cavaco-1845991.html#ixzz4QhjplAwN>
- Passos Coelho: “Só vamos sair da crise empobrecendo” (2011, 25 de Outubro). *Expresso*. Retirado de http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/OramentodoEstado2012/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176
- Passos diz que Portugal vai ter de ir aos mercados já em 2012 (2011, 4 de maio). *Jornal de Notícias*. Retirado de <http://www.jn.pt/nacional/interior/passos-diz-que-portugal-vai-ter-de-ir-aos-mercados-ja-em-2012-1844378.html#ixzz4Ry6djCME>
- Petmesidou, M., Pavolini, E. & Guillén, A. (2014). South european healthcare systems under harsh austerity: A progress–regression mix?. *South European Society and Politics*, 19(3), 331-352.
- Pinto-Coelho, M. (2002). *Drogas em campanhas de prevenção: dos discursos às ideologias*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Possível fim do euro já é discutido pelos economistas (2011, 11 de dezembro). *Diário de Notícias*. Retirado de <http://www.dn.pt/economia/interior/possivel-fim-do-euro-ja-e-discutido-pelos-economistas-2177762.html>.
- Reis, J. (Ed.) (2014). *A economia política do retrocesso: crises, causas e objectivos*. Coimbra: Almedina.

- Semetko, H. & Valkenburg, P. (2000). Framing european politics: A content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50(2), 93-109.
- Stiglitz, J. (2015, 9 de janeiro). Europe's economic madness cannot continue. *The Guardian*. Retirado de <https://www.theguardian.com/business/2015/jan/09/europe-economic-madness-cannot-continue-greece-elections>.
- Teixeira, C., Tsatsanis, E. & Belchior, A. (2014). Support for democracy in times of crisis: Diffuse and specific regime support in Portugal and Greece. *South European Society and Politics*, 19(4), 501-518.
- Thakor, A. (2015). The financial crisis of 2007–2009: Why did it happen and what did we learn?. *Review of Corporate Finance Studies*, 4(2), 155-205.
- Touri, M. & Rogers, S. (2013). Europe's communication deficit and the UK press: Framing the greek financial crisis. *Journal of Contemporary European Studies*, 21(2), 175-189.
- Tracy, J. (2012). Covering 'financial terrorism'. *Journalism Practice*, 6(4), 513-529.
- Tseronis, A. (2014). Multimodal argumentation in news magazine covers: A case study of front covers putting Greece on the spot of the European economic crisis. *Discourse, Context and Media*, 7, 18-27.
- Van Dijk, T. (1995). Opinions and ideologies in the press. In A. Bell & P. Garrett (Eds.), *Approaches to Media Discourse* (pp. 21-63). Oxford: Blackwell.
- Veebel, V. & Kulu, L. (2015). Against the political expectations and theoretical models: how to implement austerity and not to lose political power. *Baltic Journal of Economics*, 1, 1-15.
- Vraneski, A. e Richter, R. (2002). Framing and reframing in and through, the mass media. *ICAR Working Paper*, 21. doi: 10.1.1.456.2313
- Wasko, J., Murdoch, G. & Sousa, H. (Eds.) (2011). *The handbook of political economy of communications*. Chichester: Blackwell Publishing.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Governo de Portugal (2011). Tradução do conteúdo do Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica. Retirado de http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf

Lei nº 91/2001, de 20 de Agosto, República Portuguesa.

Petry, J. (2013, setembro). "From PIIGS and the drive towards austerity: The discursive construction of the Eurozone crisis & its impact on European welfare states". Comunicação apresentada em DVPW, ÖGPW, SVPW Joint Conference "Drei-Länder-Tagung: Politik der Vielfalt", University of Innsbruck.

Site institucional da candidatura Syriza. Who we are. Retirado de http://www.syriza.gr/page/who-we-are.html#.VM5i_GisU2U

Citação:

Fernandes, D. (2017). A cobertura noticiosa da austeridade (2011-2015) em Portugal: uma proposta de investigação. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 227-250). Braga: CECS.